

J. MATTOSO CAMARA JR.

HISTÓRIA E ESTRUTURA
DA
LÍNGUA PORTUGUESA

2.^a edição

PADRÃO — LIVRARIA EDITORA LTDA.
RIO DE JANEIRO / 1976

A sibilante pode se acrescentar ao travamento por nasalação ou vogal assilábica, ou ambos reunidos, estabelecendo sílabas dupla ou triplicemente travadas (*pais, órfão, órfãs, orfãos*). Não se acrescenta, porém, diretamente à sílaba travada por líquida (assim, o plural de *mar* é *mares*, de *mal* é *males*, de animal é *animais*), salvo em sílaba interna, quando um morfema de sílaba travada por líquida se combina com outro que é forma presa e se inicia por *s* impuro (cf. § 11) (*perspectiva*, de *per* com a raiz *spec-*, *solstício*, de *sol* com a raiz *sti-*, isto é, *sta-* do lat. *stare*).

Dessa enumeração, resultam dois tipos silábicos novos, em português, em relação ao latim: a sílaba travada por nasalação e o sistema de ditongação ampla.

A eles reservaremos agora algumas considerações.

13. A nasalação portuguesa

Em latim havia sílaba travada por consoante nasal, como por consoante nasal, como qualquer outra consoante. Só diante de /s/ na sílaba seguinte houve, aliás muito cedo, a eliminação da nasal e a vogal ficou livre: *consul* > /kosul/, *mensis* > /mesis/. O /s/, nessas condições, ficou intervocálico e sofreu a lenização para sonora das outras consoantes surdas (cf. port. *mesa* /meza/, de *mensa*, etc.).

Com todas as outras consoantes em seguimento, a consoante nasal de travamento reduziu-se, complementando-se o travamento fonológico com uma forte nasalação da vogal. Este processo foi privativo do romance lusitano⁴⁵⁾, em contraste com o castelhano, onde persistiu o mero travamento pela consoante nasal, como em latim.

Assim se tem a primeira origem das chamadas vogais nasais portuguesas, que, em termos fonológicos, consistem em vogal com articulatoriamente indiferenciada nasalação de travamento, em contraste com a nasalação, puramente assimilativa, sem travamen-

45) Em francês também houve uma evolução semelhante; mas com oposição entre vogal nasal e vogal com consoante nasal pós-vocálica: *bon* /bõ/, masc.: *bonne* /bon/, fem. É temerária, e até gratuita, a hipótese da influência do substrato céltico na nasalação em português e em francês (cf. Jungemann, 1955, 102 ss.).

to silábico, da vogal seguida por consoante nasal na sílaba contígua (cf. § 5)⁴⁶⁾.

Em posição final, como vimos (§ 12), a consoante nasal pós-vocálica foi eliminada, como sucedeu com as consoantes oclusivas. O resultado foram sílabas livres (*lobo*, de *lupum*, *crime*, de *crimen*, etc.).

Desenvolveu-se, entretanto, uma nova nasalação de travamento em sílaba final, em virtude da redução de /n/ intervocálico, que foi substituído pela nasalação das vogais que se fundiram ou se ditongaram em contacto. Sempre que isso acontece nas duas sílabas finais de um vocábulo latino, resultou em português uma vogal final com travamento nasal, aí reduzido à nasalação vocálica⁴⁷⁾: *bene* > *bēe* > *bem*, *bonu* > *bõo* > *bom*, *fine* > **fiē* > *fīi* > *fim*, *unu* > *ūu* > *um*, *lana* > *lāa* > *lã*; *orphānu* > *órfão*, **pones* > *pões*.

A escrita portuguesa adotou dois meios de indicar a vogal nasal. O primeiro foi manter a letra consoante, que se usava em latim para indicar a pura consoante nasal pós-vocálica, e era *m* diante de consoante labial na sílaba seguinte (*campus*, *ambo*) e *n* diante de consoante de outro tipo (*legenda*, *sanguis*). O segundo foi aproveitar o diacrítico chamado "til" (~), sobreposto à letra vogal, que era de início uma abreviação do *n* de que lançavam mão os copistas medievais⁴⁸⁾. Afinal fixou-se a praxe de escrever *m* ou *n* (pelo critério latino) em sílaba interna ou em sílaba final com *a*, *i*, *o*, *u*, reservando-se o "til" para *a* final ou ditongo.

Em referência à sua natureza fonética, a vogal nasal final portuguesa é em princípio ditongada; a observação que fez Nobiling,

46) Ficou um resíduo de consoante nasal pós-vocálica diante de oclusiva, pelo menos, da sílaba seguinte; depois dele é que incide a fronteira silábica, ao contrário do que afirmou gratuitamente Hall (1943). Uma pesquisa de fonética experimental recente surpreende também o resíduo consonântico nasal diante de outras consoantes (Lacerda-Head, 1963).

47) Quando, como aí, falta o resíduo consonântico nasal, considerado como a consoante de travamento, pode-se dizer que está reduzido a zero (ϕ), tornando-se então fonologicamente relevante a nasalação vocálica; mas é preferível ver essa relevância na ligeira ditongação da vogal nessas condições, cujo cerramento final equivale a um travamento nasal.

48) O til também era usado, aliás, como abreviatura de *r* e de *q*.

neste sentido, para a pronúncia brasileira de São Paulo (Nobiling, 1904, 139-52), pode perfeitamente ser generalizada. Foneticamente, temos [si̯(n)], [u̯(n)], [bou̯(n)] e mesmo [a̯(n)] com um cerramento da parte final da vogal baixa. O fenômeno foi observado e enfatizado em relação a /e(n)/ nasal. Assinalou-se aí um ditongo (fonético) [e̯(n)] em português e [e̯(n)] na pronúncia padrão do português europeu.

Fonologicamente, entretanto, não há no Brasil um ditongo /e̯(n)/ pois não há a vogal nasal, não-ditongada, com que ele possa contrastar e criar oposição distintiva. O caso de /e(n)/ nasal é o mesmo de /i(n)/, /u(n)/, /o(n)/ e até /a(n)/ com uma ditongação condicionada pelo travamento nasal: há uma ligeira vogal assilábica, homorgânica da vogal silábica, necessariamente. Por isso, os verdadeiros ditongos com travamento nasal são os que têm vogal assilábica heterorgânica da vogal silábica; aí, há contraste e oposição distinta entre ditongo e vogal simples: *órfão*: *órfã*, *irmão*: *irmã*, *mãe*: (*ir*) *mã*, *põe*: (*pom*) *pom*, *muito*: *unto* (ou, ainda mais expressivo, *ruim* /*rui*(n)/, variante brasileira de *ruim*, agudo, e *rum*, uma bebida alcoólica).

No português padrão europeu, a situação é algo diferente. Há a coalescência de /e(n)/ com /ai(n)/, e, nestas condições, o que falta fonologicamente é a vogal média anterior nasal /e(n)/.

Essas considerações só se aplicam a vogal final. Nas sílabas tônicas não-finais e nas pretônicas, não há ditongo fonológico⁴⁹⁾ nem há ditongação fonética; e tem-se cinco vogais de travamento nasal (com um resíduo consonântico), quer em Portugal, quer no Brasil: /a(n)/, /e(n)/, /i(n)/, /o(n)/, /u(n)/. Em posição inicial absoluta, entretanto, a oposição entre /e(n)/ e /i(n)/, átonos, é lábil na pronúncia normal dos dois países e num estilo articulatório corrente /e(n)/ conflui para /i(n)/.

14. Os ditongos em português

Apreciemos agora a questão dos ditongos em português.

⁴⁹⁾ Salvo /ui(n)/ em *muito*, citado acima e cuja origem foi explicada na nota 44.

Vimos que em latim não havia praticamente ditongos, salvo o caso do ditongo decrescente *au*, que oscilava com *o*, e do ditongo crescente *qu*, se não era um mero /k/ labializado (cf. nota 36).

O romance lusitânico consolidou o uso de *au*; os exemplos esporádicos de *o* (*paupere* > *pobre*) devem ser formas trazidas do latim vulgar de Roma para a província. Este ditongo /au/ evoluiu, por assimilação, para /ou/. Com os empréstimos ao latim literário, principalmente a partir do séc. XVI, reintroduziu-se em português como /au/; donde os *doublets* — *causa e cousa*, o adjetivo *áureo* correspondendo ao substantivo *ouro*, etc.

O sistema de ditongos decrescentes portugueses é assim, quase todo, de origem românica. Esses ditongos resultaram de diversos processos de evolução românica.

Em primeiro lugar, a predominância do acento, que caracteriza o latim vulgar, como vimos (§ 12), estabeleceu um forte contraste entre a sílaba tônica e as átonas. A consequência foi a ditongação da vogal silábica tônica com a vogal silábica a ela contígua, em hiato, porque esta se reduziu e se subordinou estreitamente àquela. Daí os dissílabos do latim clássico do tipo *deus, fuit, fui* terem dado ditongos nossos decrescentes do tipo /deus/, /foi/, /fui/⁵⁰⁾.

Ligada mais especificamente à evolução fonética e fonológica do romance lusitano é a ditongação resultante do esvaimento de certas consoantes sonoras intervocálicas. Se a segunda vogal era média ou alta, e átona, a sua subordinação à precedente criou igualmente ditongo decrescente: *malu* > *mau*, *caelu* > *céu*, *dedi* > *dei*, *magis* > *mais*, e assim por diante.

Temos, finalmente, o processo da redução das oclusivas de travamento de sílaba, em posição não final, com a passagem a vogais assilábicas /i/ ou também /u/ (§ 12): *lectu* > *leito*, *octo* > *oito*, *actu* > *auto*, *salto* > *sauto* > *souto*, etc.

⁵⁰⁾ Em latim clássico, a vogal em hiato era necessariamente breve; mas em latim vulgar subsistiu *fūi*, de acordo com a raiz indo-européia *bheu*, donde uma forma românica *fu*- ao lado de *fo*-. Assim se explica a oposição morfológica portuguesa *fui* : *foi* (cf. Camara, 1964, 286).

É já da fase intermediária entre o período arcaico e o moderno, dentro do português, a ditongação por divergência das geminadas /ee/ pela queda de /d/ intervocálico, como reflexo de /t/ latino, ocorrida limitadamente na desinência de 2.^a pessoa plural dos verbos: *sabees* (de *sabedes*) > *sabeis*. O fato também se deu com formas verbais esdrúxulas (*amássees* > *amássees* > *amásseis*), por onde aliás deve ter começado (num ambiente fonético propício a um /d/ particularmente débil), determinando o aparecimento de /ei/ átono, como antes sucedera com os plurais de adjetivos (*facíles* > *facees* > *fáceis*)⁵¹.

Assim se constituiu o sistema de ditongos decrescentes tônicos da língua portuguesa, em que falta /oũ/:

/iũ/	(riu)	
/ẽu/	(deu)	/ẽi/	(dei)
/ẽu/	(céu)	/ẽi/	(anéis)
/aũ/	(mau)	/ãi/	(pai)
.....		/õi/	(dói)
/oũ/	(sou)	/õi/	(boi)
.....		/ũi/	(fui)

Como não há consoantes constrictivas /y/ (como no alemão *jemand*) ou /w/ (como no inglês *war*), mas apenas /i/ e /u/ assilábicos, como variantes posicionais de /i/ e /u/ respectivamente, é estrutural a existência de um único ditongo para os silábicos /i/ e /u/.

A ausência, entretanto, de /oũ/ é uma assimetria. Talvez seja essa assimetria a força estrutural, para melhor equilíbrio do sistema, que propicia a monotongação para /o/ do ditongo /oũ/ na língua padrão tanto de Portugal como do Brasil, embora a língua escrita persista em ignorar o fenômeno. Outra solução para desmanchar a assimetria foi a passagem de /oũ/ para /õi/, que atingiu uma larga série de vocábulos, especialmente no português europeu (*ouro* > *oiro*, etc.);

51) É praticamente o único caso de ditongo decrescente átono final; pelo seu padrão pautou-se o empréstimo *jóquei* (ing. *jockey*).

Em áreas dialetais do Brasil, o sistema de ditongos foi afetado ainda pela ditongação condicionada por /s/ de travamento. É o que sucede no Rio de Janeiro, onde não há oposição distintiva entre /as/ e /ais/, /es/ e /ẽis/ e assim por diante, em proveito do ditongo (a língua literária incorporou em si essa supressão de oposição fonológica e tornou canônicas rimas como *Satanás* e *ais*, *luz* e *azuis* etc.). A consequência fonológica importante não é a supressão da oposição em si mesma, mas a perda de *status* para /ẽi/, que no vocabulário português só aparece travado por /s/ (mas ver III nota 18).

Por outro lado, diante de consoante chiente na sílaba seguinte, tem-se alternado entre ditongar a vogal (cf. *peixe*, de um antigo *pexe*, e formas populares de língua escrita como *feicha*) e, ao contrário, reduzir o ditongo a vogal simples (o último processo é o que se consolidou na pronúncia normal do Brasil). De qualquer maneira, há a supressão fonológica do ditongo, pois cessa a sua oposição distintiva com vogal simples.

Toda a nossa interpretação dos grupos de vogal tônica com vogal átona alta como constituindo ditongos decorre, em verdade, da sua oposição com vogal tônica simples, e da circunstância fonética de que esses grupos são acusticamente percebidos como sílaba única, de enunciação equivalente de vogal com consoante de travamento. A métrica, por exemplo, na língua literária, os trata como uma só sílaba. É lícito procurar verificar ainda, porém, se há contraste entre esses grupos e outros, dissilábicos, com as mesmas vogais. As gramáticas portuguesas, em regra, opõem os grupos com a vogal alta átona e aqueles em que ela é tônica e é átona, ao contrário, a primeira vogal: *sai*, 3.^a pessoa do presente: *sai*, 1.^a pessoa do pretérito, etc. Mas é claro que aí a diferença prosódica estabelece ambientes fonológicos distintos. Mais convincentes são os contrastes do tipo — *rio* /rĩu/, “substantivo ou 1.^a pessoa presente de *rir*; *riu* /rĩu/, 3.^a pessoa pretérito do mesmo verbo; *a Rui* /ãrui/ (em resposta, por exemplo, a uma pergunta: “a quem dou o livro?”): *arrue* /ãrui/ (subjuntivo do verbo *arruar*), ou entre indicativo da 3.^a conjugação e subjuntivo da 1.^a — (*in*) *tui* /tui/, verbo *intuir*: (*a*) *tue* /tui/, verbo *atuar*. Tais contrastes são firmes em certas regiões, como especial-

mente a do Rio de Janeiro. Noutras regiões de Portugal e do Brasil, o hiato /iu/, escrito -io confluíu no ditongo, e em Portugal a desinência de subjuntivo da 1.^a conjugação é com [e_o] e desaparecem as condições para uma oposição /i/ : /ĩ/.

Fica-se assim, unicamente, com um critério auditivo, fonético, para levar em conta ditongos decrescentes em português e não considerar tais grupos vocálicos dissilábicos.

Em referência aos grupos átonos, a situação é análoga, e aí, quando o vocábulo é derivado de outro, onde a vogal alta era tônica, há a possibilidade de uma variação livre para um hiato fonético, de que se vale a língua literária na sua métrica tradicional (*tra-i-ção*, verbo *trair*, ao lado de *tra-i-ção*; etc.).

Resta a controvertida questão dos ditongos crescentes.

Não há quadro desses ditongos, análogo ao que encontramos para os decrescentes.

Há um ditongo crescente com /u/, depois de consoante oclusiva velar (que, quando surda, é escrita então com a letra *q*: *quadro*, *freqüente*, etc.). É uma herança latina, que se mantém funcional em português através de oposições como — *quais* /kuais/: *coais* /kuais/. Mas vimos como, desde o latim, há sobre ele o debordamento da oclusiva diretamente ligada ao silábico (cf. as variações *cota* e *quota*, *cociente* e *quociente*, *q(u) estão*, *liq(u) ido* e *liquido*).

Fora daí, o que vigora é a variação livre, quer com a segunda vogal tônica, quer átona (são assim, indiferentemente, monossílabo ou dissílabo *real* /rial/, trissílabo ou polissílabo *piedade*, dissílabo ou trissílabo *suave*, e assim por diante). A pronúncia em *allegro* de Portugal torna mais usual o ditongo, mas o contrário se dá ao Brasil.

Também é fonologicamente irrelevante o tradicional debate sobre a silabação dos grupos átonos finais /iu/, /ia/, /ua/ (*vário*, *vária*, *niveo*, *nivea*, *tábua*, *mágoa*); foneticamente a debilidade da parte átona final torna muito precária uma pronúncia em duas sílabas⁵²).

52) Para -uo (*assíduo*) há uma pronúncia coloquial /u/ simplesmente, e outra, formal, em duas sílabas /uu/. Para -ie, no Brasil, a situação é análoga (/ii/, /i/); em Portugal -e final é [e_o].

Do ponto de vista fonológico, a língua portuguesa continua, portanto, a situação latina, só com um único e especial ditongo crescente.

Transitoriamente se estabeleceu em latim vulgar uma série de ditongos crescentes, onde o latim clássico tinha um hiato de vogal média ou alta, átona ou tônica, com outra vogal: *palea* (pa-lê-a), *ciconia* (ci-co-ni-a), *mulierem* (mu-li-ê-rem), *aviolum* (a-vi-ô-lum), *parietem* (pa-ri-ê-tem), *battuere* (bat-tu-ê-re). O processo evolutivo foi a passagem da primeira vogal a assilábica, havendo, quando ela era tônica, o deslocamento do acento para a vogal seguinte: /palia/, /kikonja/, /muliere/, /aviolu/, /pariete/, /battuere/. E daí, uma série de ditongos crescentes.

Cedo, porém, o romance lusitânico eliminou a nova estrutura silábica. Houve, para isso, dois sentidos de mudança. Quando a consoante que abria a sílaba do ditongo era /l/, /n/, /t/, /d/, /s/ ou (saído de /s/ intervocálico) /z/, a vogal assilábica /i/ foi absorvida na consoante, cuja natureza com isso se modificou: /l/ e /n/ tornaram-se molhadas (*palha*, *cegonha*, *mulher*); /t/ passou a uma constrictiva, surda nas camadas menos antigas e menos populares do léxico e sonora nas mais antigas (cf. *ração*, ao lado de *razão*, de *ratione*) confluindo afinal com as sibilantes /s/ ou /z/; /d/ se transformou na chiante sonora (*hodie* > *hoje*); /s/, formando o grupo /sj/, produziu a chiante surda, ou, sendo intervocálica, a sonora (*passione* > *paixão*, *caseu* > *queijo*). Quando, ao contrário, a consoante que abria a sílaba era de outro tipo, ou a vogal assilábica era /u/, havia simplesmente a eliminação da vogal assilábica (*avó*, *parede*, *bater*).

15. *Ligação por sândi*

Resta uma observação final.

Dentro de um grupo de força, os vocábulos em português são reunidos por sândi, e, daí, há ligação, como se fossem formas presas de um único vocábulo. Esse tipo de enunciação altera, necessariamente, a estrutura das sílabas finais dos vocábulos (com a exclusão do último), quando terminam em consoante, e o seguinte começa em vogal.